

Rádio Agência Câmara – 12/03/2013

Energia: federação quer vínculo entre renovação de contratos e saúde do trabalhador

<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/ULTIMAS-NOTICIAS/437405-ENERGIA-FEDERACAO-QUER-VINCULO-ENTRE-RENOVACAO-DE-CONTRATOS-E-SAUDE-DO-TRABALHADOR.html>

A comissão mista que analisa a Medida Provisória 605, que regulamenta a redução na tarifa de energia elétrica de empresas e consumidores individuais, realizou audiência pública nesta terça-feira. Participaram da audiência o presidente da Federação Nacional dos Urbanitários, Franklin Gonçalves, e o presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Sales.

Franklin Gonçalves defendeu a inclusão na MP de emenda que vincule condições de proteção e saúde no trabalho à renovação da concessão dos contratos nas empresas responsáveis pela geração, distribuição, transmissão e termoeletricas.

"Pra poder ter uma boa qualidade no serviço prestado é importante ter trabalhadores em condições de exercer sua função. O setor elétrico mata muito - morrem mais de 100 trabalhadores por ano no setor elétrico, especialmente nas empresas terceirizadas."

Franklin Gonçalves informou que atualmente 55% dos trabalhadores no setor elétrico são terceirizados e que 91% dos acidentes acontecem justamente com esses trabalhadores.

Já para o presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Sales, é preciso garantir recursos anuais da União para a composição da Conta de Desenvolvimento Energético no orçamento. A CDE é composta pelas multas pagas pelas empresas do setor elétrico, pelos royalties do uso de hidrelétrica, por cotas anuais pagas pelas distribuidoras e por recursos da União.

"O aporte do Tesouro que o governo diz nessa medida provisória que para o primeiro ano está assegurado, virá de um dinheiro de Itaipu, via Eletrobras, da ordem de R\$ 4 bilhões, mas não tem nenhuma garantia de que isso vai se repetir no ano seguinte."

Claudio Sales alertou para o fato de que a parte das distribuidoras é paga, na prática, pelos consumidores, na conta de energia.

O relator da comissão, deputado Alexandre Santos, do PMDB do Rio de Janeiro, afirmou que vai acolher as sugestões para tornar o setor elétrico mais transparente e capaz de atender as necessidades do país.

"Tô pegando todas as colocações, todas as formas que nós pudermos - tratando com o Executivo, com os geradores, com os transmissores e distribuidores para que o consumidor possa, de uma vez por todas, ter a garantia que a sua conta vai ser menor e que nós não vamos deixar faltar, em tempo algum, a energia nos seus lares e, principalmente, na produção nacional."

A redução da tarifa proposta pelo governo federal está valendo desde 24 de janeiro. Para residências, o desconto é de no mínimo 18%. Para indústria, agricultura, comércio e serviços, a redução chega a 32%.

De Brasília, Karla Alessandra